

NOTA DE PESQUISA¹

O engajamento social na criação das novíssimas universidades brasileiras como oportunidade de interconexão local com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Social engagement in the creation of brand-new Brazilian universities as an opportunity for local interconnection with the Sustainable Development Goals (SDGs)

Ives Romero Tavares do Nascimento² D Maria Elisa Huber Pessina³ D

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2021v6n2.57092]

Recebido em: 01/01/2021 Aprovado em: 03/08/2021

Resumo: O objetivo destas Notas de Pesquisa é apresentar uma proposta de investigação científica que tem como cerne analisar as interconexões de agendas e premissas que permeiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a criação das novíssimas universidades federais brasileiras, compreendidas ambas como estratégias de desenvolvimento. Para tanto, apoiar-se-á na abordagem qualitativa para triangular dados secundários constantes de bibliografia especializada e documentos de órgãos oficiais do Brasil e de agências internacionais para o desenvolvimento. Espera-se, ao final, que sejam estabelecidas as convergências entre as ações nacionais e as agendas internacionais de desenvolvimento regional e sustentável, com foco no desenho institucional das novíssimas universidades federais do Brasil.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; novíssimas universidades federais; estratégias de desenvolvimento.

Abstract: The objective of these Research Notes is to present a proposal for scientific research that aims to analyze the interconnections of agendas and premises that permeate

¹ A autoria agradece à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri (PRPI/UFCA) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pelo apoio institucional e financeiro.

² Universidade Federal do Cariri – E-mail: ives.tavares@ufca.edu.br.

³ Universidade Salvador (Unifacs) – E-mail: mariaelisahp@yahoo.com.br.

the Sustainable Development Goals (SDGs) and the creation of the "brand-new" Brazilian federal universities, both understood as development strategies. To this goal, it will use the qualitative approach to triangulate secondary data contained in specialized bibliography and documents from official entities in Brazil and international development agencies. Conforming the results, it is expected that the convergences between the national and the international actions for regional and sustainable development will be established, focusing on the institutional design of the "brand-new" federal universities in Brazil.

Keywords: Sustainable Development Goals; brand-new federal universities; development strategies.

1. Notas Introdutórias

Estas Notas de Pesquisa apresentam o desenho de uma investigação científica que tem como objeto analisar as possíveis relações de aprendizagem mútua entre o agendamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), num plano internacional, e a criação das chamadas "novíssimas" universidades federais brasileiras, como uma proposta nacional e localizada, para processos de desenvolvimento a partir da lógica da participação e do engajamento social na construção de políticas públicas.

A pesquisa tem como origem a confluência de debates e ações entre pesquisadores da Universidade Federal do Cariri, no Ceará, e a Universidade Salvador, na Bahia, que têm se dedicado a compreender em que medida é possível estabelecer conexões teórico-empíricas entre *práxis* nacionais e internacionais voltadas ao desenvolvimento (territorial, sustentável e demais conexões).

A investigação-base que originou este estudo está em curso e tem como objetivo geral analisar a criação das quatro "novíssimas" universidades federais brasileiras (Universidade Federal do Cariri, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Federal do Oeste da Bahia e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) como uma estratégia de desenvolvimento territorial. Nesse bojo, relevo tem sido feito à ação de múltiplos atores no processo de implementação da política pública nacional que instituiu tais universidades: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Dentre os muitos achados da investigação-base, tem chamado a atenção o fato de que a ação institucional do Brasil revela um alinhamento entre o conceito de

Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 6, n.2, dez/2021, pp. 143-155.

⁴ Estas quatro instituições foram consideradas "novíssimas", à época, por terem sido as últimas criadas pelo Reuni entre os anos de 2012 e 2014. Para saber mais, recomenda-se a leitura do relatório "A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014", disponível nesta nova página na Internet.

desenvolvimento guiado na centralidade das questões locais, regionais e territoriais e as agendas e diretrizes da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, tendo o fortalecimento do acesso à educação (em diferentes níveis) como um de seus principais pilares.

Portanto, esta Nota de Pesquisa apresenta o desenho de uma investigação que analisará em que medida a interconexão entre Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – atual agenda da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – e a criação das novíssimas universidades federais encontra assento na construção de novas formas organizacionais de ensino superior, posto que estas instituições foram imbuídas de um compromisso pedagógico e administrativo de interrelação com os territórios onde foram instaladas. E isso representa-se como uma possível inspiração do agendamento da cooperação internacional para o desenvolvimento inseridos na ação pública nacional.

À guisa de estrutura, esta Nota está disposta em cinco partes: para além destas notas introdutórias, são feitos breves comentários nos Itens 2 e 3 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e seu contexto internacional e ao novo formato institucional moldado às novíssimas universidades federais do Brasil, respectivamente. O Item 4, por sua vez, demonstra como a pesquisa percebe a interconexão entre estes dois temas. Depois, o Capítulo 5 apresenta a metodologia e cronograma definidos para a investigação em tela, enquanto o Capítulo 6 informa quais são os resultados esperados. Ao final, são dispostas as referências das obras citadas ao longo do texto.

2. Os ODS e o contexto internacional

O Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SCID) surgiu no cenário político do imediato pós-guerra, em 1944 – com a criação das Instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) – e da ONU, na Conferência de São Francisco, de 1945. A Carta das Nações Unidas, de 1945, que instituiu formalmente as Nações Unidas, elencava o objetivo de "empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos" (ONU, 1945, capítulo IX).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é entendida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como ações internacionais que possuem o objetivo de ajudar outros países nos seus esforços de progresso social e econômico, tendo como atores: Estados, Indivíduos, Sociedade Civil

(Organizações Sem Fins Lucrativos), Organizações Multilaterais, Fundações Filantrópicas e Setor Privado (OCDE, 2019).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento representa uma parte relevante das relações entre os estados, orientada por valores e interesses de uma determinada visão do mundo e do próprio desenvolvimento. É marcada por seu caráter histórico, desenvolve-se em função das relações internacionais e possui discursos e tendências imperantes em cada época sobre o desenvolvimento, possíveis de observar acompanhando seus fóruns e consensos (Ayllón, 2007).

Neste sentido, na expiração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015, aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), válidos até 2030. Adotando o documento "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", os países signatários comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos "sem deixar ninguém para trás". Chegou-se a um acordo que contempla 17 Objetivos e 169 metas, que podem ser medidas através de 230 indicadores verificáveis. Os objetivos envolvem temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico sustentável, infraestrutura, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, padrões sustentáveis de consumo e de produção, mudança do clima, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, sociedades pacíficas, justas e inclusivas e Parceiras/meios de implementação (ONU, 2015).

Os ODS incorporam elementos inovadores em seu desenho, destacando-se a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Prioriza a luta contra a pobreza e a fome, mas com uma forte ancoragem na defesa dos direitos humanos e no apelo para a redução das desigualdades dentro e entre cada país, como elemento primordial.

Os ODS fazem apelo para uma solidariedade global que integre todos os atores do desenvolvimento (Gil, 2018). Neste sentido, a Agenda 2030 tem sido realizada através de mecanismos formais e informais: os dos doadores tradicionais – do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD/OCDE); dos países em desenvolvimento – o G-77, os

BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) ou grupos regionais; de estruturas emergentes de governança global, como o G20; e de redes de Organizações da Sociedade Civil, empresariais e acadêmicas (Gil, 2018). Segundo a OCDE (2020), a escala e a complexidade dos desafios atuais do desenvolvimento sustentável exigem uma abordagem *multi-stakeholder* que recorra às contribuições de todas as partes da sociedade - governo, setor privado e sociedade civil.

Dentre os 17 ODS, dois podem ser destacados como a oportunidade de interconexão direta com a experiência brasileira de desenvolvimento através da expansão e interiorização do ensino superior. O primeiro deles é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de qualidade – garantir o acesso à "educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ONU, 2015a). Este Objetivo exprime a importância do acesso e permanência em ações de educação em diferentes níveis (incluindo o universitário) como força motriz do empoderamento, da liberdade (e libertação) e do acesso ao emprego e à geração de renda como chaves para a oportunização dos direitos humanos, da sustentabilidade e do desenvolvimento, por conseguinte.

Em adição, percebe-se que as universidades do Brasil (notadamente as públicas) têm sido instadas a conectar-se com redes estrangeiras para a realização de suas ações de ensino e pesquisa, prioritariamente, num movimento de internacionalização de pessoal de nível superior. Desse modo, canais para a realização de estudos analíticos acerca da realidade social, econômica, política e institucional dos países têm sido cada vez mais criados. Estas iniciativas podem produzir conhecimento para adoção das ações estatais com pendor para a "Redução das Desigualdades" "dentro dos países e entre eles", que se caracteriza como o ODS 10 (ONU, 2015b).

Como uma das marcas das novíssimas universidades federais brasileiras foi a necessidade de se promover integração regional e internacional no desenho dessas instituições (Ministério da Educação, 2014), verifica-se, *a priori*, que sua consolidação como experiência bem-sucedida pode representar uma ação voltada à sua consolidação e fortalecimento, uma vez que a educação humana, independentemente do nível, pode ser uma vertente para dirimir desigualdades (ODS 10) e libertar as pessoas por meio do acesso à renda e à liberdade (ODS 4).

Não só os Objetivos (e as metas e indicadores que derivam deles) serão analisados, como também diretrizes caras às organizações internacionais para a implementação da Agenda 2030, a exemplo do conceito de *localization*. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a experiência anterior dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) trouxe evidências da importância da "localização" para o alcance dos ODS, compreendida como: (i) sensibilização e engajamento de atores locais, (ii) mecanismos de responsabilização, (iii) planejamento participativo e prestação de serviços, (iv) desenvolvimento econômico local e (v) parcerias (UNDP, 2017).

Assim, após estas iniciais ponderações acerca dos ODS, avança-se para analisar aproximações nas quais seus objetivos e diretrizes podem ser percebidas na experiência do Brasil com a estruturação das suas novíssimas universidades federais. É, portanto, o objeto do Item que se sucede.

3. O contexto das novíssimas universidades federais

Se no contexto internacional os ODS apontam a necessidade de se promover a integração, redução das desigualdades dentro e entre os países e educação de qualidade, dentre outros, como princípios para o desenvolvimento, no plano nacional o Brasil adotou o território como unidade de análise e de gestão ao apostar neles como o *lócus* para a implementação de políticas públicas integradoras entre a educação de nível superior e demais iniciativas de cunho econômico, ambiental, cultural e social, por exemplo. Foi este o mote para o estabelecimento do Reuni, que oportunizou a interiorização de vagas de ensino superior no país.

Desse modo, coube à ação político-institucional brasileira viabilizar a incursão de institutos e universidades federais rumo a espaços não abrangidos pelos grandes centros urbanos do país. Tal assertiva seria garantida a partir da articulação institucional que as universidades federais possuem ao se relacionarem com demais atores locais com vistas à viabilização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa relação, por sua vez, viabilizaria a execução de quatro eixos oportunos ao desenvolvimento territorial: redução das assimetrias regionais; inclusão nas dinâmicas locais; relação aproximada entre currículos e demandas sociais; e integração regional e internacional (Ministério da Educação, 2014).

Este foi o formato assumido pelo Reuni em sua última e terceira fase, quando imperou o princípio da educação regionalizada, "na medida em que ela parte da realidade

da vida, com seus limites e potencialidades, e constrói conhecimentos para a modificação dessa mesma realidade, considerando as pessoas como produtoras de conhecimento" (Baptista & Campos, 2013, p. 99). Nesse escopo, falar em regionalização da educação, notadamente a superior, daria à instituição universitária, no bojo do Reuni, a possibilidade de assumir o território (ou a região) para além de uma simples indicação de local de instalação, diante da chance de se assumir as necessidades e potencialidades locais no seu desenho político, pedagógico e administrativo. Este, portanto, foi o traço que quatro consideradas novíssimas universidades federais assumiram.

Todavia, para que o fator regionalizador da educação dessas instituições fosse possível, o processo que criou as universidades teve que inovar. Por isso, foram integrados outros atores sociais que geralmente ficam à margem de tais iniciativas – posto que, no Brasil, tradicionalmente apenas cabe ao Estado (e a alguns agentes públicos e políticos) atuar neste tipo de ação. Assim, a novidade institucional que estabeleceu as novíssimas universidades federais foi dada quando representantes da sociedade civil e da iniciativa privada, além de outros agentes públicos, foram chamados a participar. Seja por meio de Grupos de Trabalho (UFCA) ou pela realização de Fóruns Sociais (UFSB), por exemplo, múltiplos e diversos atores sociais imprimiram nestas novíssimas universidades os seus interesses e motivações, em maior ou menor grau.

4. Convergências de investigação

Independentemente da escala de atuação, é fato que a participação dos múltiplos atores foi determinante para que um processo socialmente centrado (Boullosa, 2013; 2019), na implementação do Reuni, fizesse com que as novíssimas universidades federais fossem alinhadas com as dinâmicas locais, redução de assimetrias e integração como previsto pelo Governo Federal naquela altura. Contudo, mais que ter canais por onde as pessoas pudessem participar, o engajamento desses mesmos indivíduos é que preponderou e foi determinante para que essas instituições assumissem o compromisso com seus territórios para além da indicação de seu lugar em seus próprios nomes.

Portanto, se as novíssimas universidades federais, que nasceram num contexto de educação regionalizada que teve como justificativa a integração, a dinamização e interlocução regional (e internacional) com vistas ao desenvolvimento, o que se pode inferir, de antemão, é que o engajamento de múltiplos e diversos atores sociais foi o amálgama para que os projetos nacionais de desenvolvimento fossem interconectados aos

processos locais de participação e observação às dinâmicas sociais, ambientais, econômicas e político-institucionais, por exemplo.

Nesse bojo, a mesma discussão pode ser direcionada à agenda dos ODS e inspirar duas convergências com a experiência da criação das novíssimas universidades federais no Brasil. A primeira delas diz respeito ao fato de que os ODS representam um esforço internacional com vistas ao desenvolvimento dos países, pautado pelo discurso prescritivo e norteador para a ação política de seus signatários. Contudo, indaga-se em que medida está padronização não poderia representar uma conformação *top-down* face à perspectiva local do desenvolvimento sustentável quando estimula ações *bottom-up* de considerar os aspectos do território (cultura, sociedade, meio ambiente e política, dentre outros). Quais aspectos fundamentais para o sucesso desta experiência de desenvolvimento local observada não encontram equivalentes nos ODS, suas metas, indicadores e suas principais diretrizes, por exemplo?

Em segundo lugar, o debate sobre uma possível conexão entre a agenda internacional para o desenvolvimento, no seio das Cooperações Norte-Sul e Sul-Sul, por exemplo, suscita uma aproximação muito tênue com o caso do estabelecimento das novíssimas universidades brasileiras quando se considera a necessidade de se ter engajamento social para que ambos os objetivos — ainda que em planos diferentes — possam ser concretizados. Neste caso, a experiência nacional de se criar universidades regionalizadas como agentes indutores de desenvolvimento, que contêm índices de participação, pode ser uma inspiração a ações concretas para a efetivação dos ODS, *mutatis mutandi*, pelos diferentes países do globo. Afinal, diferentes propostas de desenvolvimento, quando diante de atores internacionais, devem considerar a participação para que efetivamente ocorra (Castro & Silva, 2017). Desse modo, para que esta e outras respostas sejam dadas, planejou-se o percurso metodológico apresentado no Capítulo 5, que se segue.

5. Metodologia e cronograma propostos

A tarefa de determinar o percurso metodológico de uma pesquisa científica depende, sobremaneira, do corpo que o seu objeto assume. No caso da investigação em tela, a busca pelas possibilidades de interseção entre a agenda dos ODS e a criação das novíssimas universidades federais brasileiras pode representar um desafio, haja vista a

necessidade de se identificar as interconexões entre as duas experiências distintas em materialidade e em temporalidade.

Por serem fenômenos eminentemente diversos, discutir como as duas experiências se conectam pode representar uma dificuldade metodológica – em termos de técnicas de coleta e análise de dados –, afinal, contrasta-se uma iniciativa internacional e generalista de agendamento de ações destinadas ao desenvolvimento sustentável dos países com uma experiência concreta e localizada de um Estado nacional em prol da expansão e interiorização de sua rede pública de ensino superior.

Para se resolver essa questão, partiu-se das contribuições do trabalho de Chankseliani e McCowan (2020), que discutiram a relação entre os ODS e a educação superior. Em especial, situam dois pontos muito importantes nessa relação: a) o fato de que há o engajamento com as questões ligadas ao desenvolvimento das sociedades, como a expressão da chamada "terceira missão" da universidade enquanto instituição humana; e b) a presença de universidades social e regionalmente engajadas com processos de desenvolvimento, listando exemplos em países como África do Sul, China, Sudão e Brasil. Para a investigação proposta nesta Nota de Pesquisa, unir-se-á a perspectiva de criação das novíssimas universidades federais como como dimensão de análise.

Assim, Chankseliani e McCowan (2020) apresentam um formato de universidade que Almeida Filho e Souza (2020) apresentam como necessária num mundo onde os problemas sociais se agravam cada vez mais: o conceito de universidade protópica. Por este, os dois autores propõem que a universidade deve assumir um formato proativo de ação na sociedade que extrapolaria a formação para o trabalho e conteria ações de extensão, pesquisa e cultura alinhadas com a cidadania, a ética, o respeito e o engajamento com os processos de desenvolvimento.

Partindo dessa ideia, portanto, o percurso metodológico disposto para a pesquisa encontra assento na abordagem qualitativa, diante da necessidade de se conhecer o fenômeno das novíssimas universidades federais na porção que toca a discussão internacional dos ODS. Isso dá em virtude de a abordagem qualitativa oferecer condições de aprofundar as análises de objetos empíricos inviáveis por uma discussão puramente numérica (Gibss, 2009).

Em seguida, utilizar-se-á a Triangulação de Dados como aposta metodológica para o "confronto" de três grupos de dados secundários (Flick, 2009; Gibbs, 2009): a)

bibliografia nacional e internacional especializada; b) documentos oficiais dos órgãos de governo brasileiros; e c) composições sobre os ODS no âmbito da Organização das Nações Unidas e agências internacionais para o desenvolvimento.

O Quadro 01 apresenta o cronograma proposto:

Quadro 01: Atividades e cronograma

| Quadro VI. Attividades e cronograma | | | | | | | | | | | | | |
|---|-------------------------|--------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Ano de 2021 | | | | | | | | | | | | | |
| Atividades | Responsáveis | Cronograma (meses) | | | | | | | | | | | |
| | | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 |
| Início das atividades | Coordenação da pesquisa | X | | | | | | | | | | | |
| Estabelecimento de um grupo de estudos | Toda a equipe | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Seleção e sistematização de bibliografia complementar | Bolsista de IC | X | X | | | | | | | | | | |
| Coleta e sistematização de documentos – pesquisa documental | Toda a equipe | | | X | X | | | | | | | | |
| Sistematização e análise dos dados | Toda a equipe | | | | | X | X | X | | | | | |
| Elaboração de artigos científicos e relatório parcial de pesquisa | Toda a equipe | | | | | | | | X | X | X | X | |
| Finalização da pesquisa e entrega do relatório final | Toda a equipe | | | | | | | | | | | | X |

Fonte de dados: elaboração própria, 2021.

6. Os resultados esperados: uma agenda de pesquisa

As provocações originadas no âmbito da comparação inicial entre a atuação dos países, num movimento para fora, mirando os ODS como uma oportunidade de desenho para a ação política à guisa de uma agenda internacional; e numa ação mirada para dentro, em experiências muito típicas como a do Brasil tendo os territórios ora como unidade de análise ora como unidade de gestão, dão espaço para a pesquisa desenhada com o propósito de se encontrar as interconexões entre essas duas agendas (e praxis) de desenvolvimento.

No seio da discussão sobre a ação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), particularmente na Cooperação Sul-Sul, o Brasil já tem algumas experiências ligadas à criação de universidades públicas e federais como o mote para tais conexões teórico-empíricas. Para além do caso da Universidade da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com *campi* no Ceará e na Bahia, e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com *campi* no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila) destaca-se como uma experiência muito ilustrativa. Para Abi e Pereira (2019), a criação desta universidade foi um esforço político de se promover a interiorização no Brasil e integração à América Latina por meio de uma proposta de se criar vagas públicas de ensino superior como vertente de desenvolvimento à luz das oportunidades macrorregionais do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). Mas, de toda sorte, esta pesquisa vai além e destacará como essa ação político-institucional inspirou, em certa medida, a criação das novíssimas (UFCA, UFSB, UFOB e UNIFESSPA) a partir do princípio da educação regionalizada em territórios nacionais. O próprio Reuni, segundo Arruda e Gomes (2015), já teria sido fruto de um movimento internacional voltado à democratização do ensino superior no Brasil, mesmo que seja passível de críticas quanto a diferentes questões ligadas à motivação política para tal.

Assim, como resultados, espera-se produtos de duas naturezas:

- a) Intangíveis: circulam as possibilidades de aprimoramento intelectual e científico dos professores-pesquisadores e bolsistas de iniciação científica que estão vinculados à pesquisa-base deste estudo; oportunização de intercâmbio metodológico entre estudiosos de dois estados brasileiros; e fortalecimento da prática interinstitucional de pesquisa no país;
- b) Tangível: espera-se a produção de, pelo menos, dois artigos científicos que publicarão os achados desta investigação.

Referências

Abi, A. G. & Pereira, A. E. (2019). UNILA – Análise dos discursos de criação de uma universidade pública. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*. 4 (3), 271-292. Recuperado de http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2019v4n3.48600.

Almeida-Filho, N. E., & Souza, L. E. (2020). Uma protopia para a universidade brasileira. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(105), 1-22. Recuperado de https://doi.org/10.14507/epaa.28.5525

Arruda, A. L. B. & Gomes, A. M. (2015). DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Um estudo sobre a política REUNI. *Curriculo sem Fronteiras*, 15 (2), 543-561. Recuperado de https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/arrudagomes.pdf.

Ayllón, B. (2007). La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. *Carta Internacional*, 2(2), 32-47. Recuperado de https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/416.

Castro, B. T. C. & Silva, A. T. (2017). A cooperação internacional para o desenvolvimento da Amazônia: a experiência do Programa ARPA. *Novos Cadernos NAEA*. 20 (2), 149-164. Recuperado de http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v20i2.2600

Chankseliani, M. & McCowan, T. (2020). Higher education and the Sustainable Development Goals. *High Education* 81, 1–8. Recuperado de https://doi.org/10.1007/s10734-020-00652-w

Baptista, N. Q. & Campos, C. H. (2013). Educação contextualizada para a convivência com o semiárido. In Conti, I. C. & Schroeder, E. O. (Orgs.), *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social.* 232 p. 99-112. Brasília/DF: Editora IABS.

Boullosa, R. F. (2013). Mirando ao Revés nas Políticas Públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. *Pensamento & Realidade*, 28 (3), 67-84. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17572/15028.

Boullosa, R. F. (2019). Mirando ao Revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. *Publicações da Escola da AGU*, série especial. 89-105.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.

Gibss, G. (2009). *Análise de Dados Qualitativos*. Tradução de Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed.

Gil, C. G. (2018). Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, (140), 107-118. Recuperado de https://www.cvongd.org/ficheros/documentos/ods_revision_critica_carlos_gomez_gil.p df.

Ministério da Educação (MEC). (2014). *A democratização e expansão da educação superior no país* 2003 — 2014. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1676 2-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192

Nações Unidas. (1945). Carta das Nações Unidas. São Francisco, junho de 1945.

OECD. (2019). Development Co-operation Report 2019: A Fairer, Greener, Safer Tomorrow. Paris: OECD Publishing. Recuperado de https://doi.org/10.1787/9a58c83fen.

OECD. (2020). Six decades of ODA: insights and outlook in the COVID-19 crisis, OECD Development Co-operation Profiles 2020, Paris: OECD Publishing, Recuperado de: https://doi.org/10.1787/2dcf1367-en.

Organização das Nações Unidas. (2015). Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York.

Organização das Nações Unidas. (2015a). Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Objetivo 4. Educação de Qualidade. Recuperado de http://www.agenda2030.com.br/ods/4/

Organização das Nações Unidas. (2015b). Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Objetivo 10. Redução das Desigualdades. Recuperado de http://www.agenda2030.com.br/ods/10/

Organização das Nações Unidas. (2015c). Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Objetivo 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Recuperado de http://www.agenda2030.com.br/ods/16/

Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale.

UNDP. (2017). Localizing the Implementation of the SDGs. Recuperado de: https://www.undp.org/content/undp/en/home/news-centre/speeches/2017/localizing-the-implementation-of-the-sustainable-development-goa.html